

**programa defesa civil nas escolas:
subsecretaria de proteção e defesa civil de belo horizonte e o
curso agente escolar de proteção e defesa civil**

**civil defense program in schools:
belo horizonte civil defense and protection subsecretariat and the
civil defense and protection school agent course**

Ademilton Araújo

Gerente de Preparação para Emergências
Diretoria Operacional de Proteção e Defesa Civil
Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil de Belo Horizonte
Belo Horizonte, MG
Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-8219-7728>

Liliane Campos Alves

Guarda Civil Municipal de Classe Distinta I
Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil de Belo Horizonte
Belo Horizonte, MG
Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-6640-1418>

Fernando Antônio Roque

Guarda Civil Municipal de Classe Distinta I
Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil de Belo Horizonte
Belo Horizonte, MG
Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-9675-6732>

Roberta Brianna Nunes dos Santos

Bacharel em Ciências Socioambientais e Licencianda em Geografia
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Belo Horizonte, MG
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-2157-0524>
DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17547004>

Resumo: O Programa Defesa Civil nas Escolas (PDCE) surgiu em 2017 em parceria com a Secretaria Municipal de Educação - SMED/BH e o Programa Ecoescola, visando estimular ações educativas convergentes para a sensibilização, conscientização e tomada de atitudes de toda a comunidade escolar (alunos, pais, trabalhadores da escola e moradores) para a autoproteção, prevenção e a mitigação dos riscos de desastres. O programa tem como objetivo implementar nas propostas pedagógicas da rede municipal de educação, transversal e integralmente, ações de prevenção e redução de riscos de desastres. São oferecidas atividades como palestras, cursos de formação com certificação, visitas técnicas,

simulados de evacuação do prédio escolar, blitz educativas, distribuição de cartilhas, mostras de vídeo, jogos pedagógicos, gincanas e apoio às feiras culturais e/ou científicas. Dentre as atividades citadas, destaca-se o curso de formação de “*Agente Escolar de Proteção e Defesa Civil*”, que pode ser adaptado para públicos de diversas idades, mas que tem por prioridade alunos do 5º ao 7º ano do Ensino Fundamental. Estruturado em 6 encontros, tem os seguintes temas: Introdução e contexto global dos desastres; Noções de ocupação de áreas urbanas; Percepção de riscos diversos; Principais riscos em Belo Horizonte e medidas de autoproteção; Oficinas práticas de autoproteção e proteção comunitária; e Atividade de conclusão realizada pelos alunos e entrega dos certificados. Desenvolver tais ações dentro das escolas é atrair a comunidade do entorno, conscientizá-la sobre políticas públicas, recuperação ambiental e autoproteção em caso de desastres, tornando a cidade mais resiliente.

Palavras-chave: (1) Educação; (2) Prevenção; (3) Autoproteção; (4) Desastres; (5) Comunidade escolar.

Abstract: The Civil Defense in Schools Program (PDCE) was launched in 2017 in partnership with the Municipal Department of Education (SMED/BH) and the Ecoescola Program. It aims to encourage educational initiatives aimed at raising awareness, raising awareness, and encouraging action by the entire school community (students, parents, school staff, and residents) toward self-protection, prevention, and mitigation of disaster risks. The program aims to implement, across the board and comprehensively, disaster risk prevention and reduction initiatives within the municipal education system. Activities include lectures, certified training courses, technical visits, school building evacuation drills, educational blitzes, booklet distribution, video screenings, educational games, competitions, and support for cultural and/or scientific fairs. Among the activities mentioned, the "School Civil Defense and Protection Agent" training course stands out. It can be adapted for audiences of various ages but prioritizes students in grades 5-7. Structured in six sessions, it covers the following topics: Introduction and global context of disasters; Concepts of urban area occupation; Perception of various risks; Main risks in Belo Horizonte and self-protection measures; Practical workshops on self-protection and community protection; and a final activity completed by students and certificate presentation. Developing these activities within schools attracts the surrounding community, raises awareness about public policies, environmental recovery, and self-protection in the event of disasters, and makes the city more resilient.

Keywords: (1) Education; (2) Prevention; (3) Self-protection; (4) Disasters; (5) School community.

Introdução

Em Belo Horizonte, o *Programa Defesa Civil nas Escolas* (PDCE) realiza e estimula ações educativas para a sensibilização, conscientização e tomada de atitudes de toda a comunidade escolar, a fim de promover a prevenção e a mitigação de desastres. Seu foco está na construção de uma cultura de proatividade, autoproteção e proteção comunitária, para o permanente enfrentamento das ameaças e vulnerabilidades. Iniciado em 2017, ainda como projeto, o PDCE já contava com o apoio do programa *EcoEscola*¹, que tem por objetivo fortalecer, incentivar, certificar e divulgar as ações de Educação Socioambiental das escolas municipais de Belo Horizonte. As reuniões com servidores da educação representou um avanço nas estratégias até então adotadas pela Defesa Civil.

Dentro do PDCE estão disponíveis diferentes atividades, sendo elas:

- **Curso Agente Escolar de Proteção e Defesa Civil:** Formação ofertada aos alunos de EMEIs, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e EJA (Educação para Jovens e Adultos). Adequando as atividades de acordo com a disponibilidade e calendário da escola.
- **Palestras temáticas:** Apresentação de palestra direcionada a algum tema específico, de acordo com as ocorrências do momento (incêndios, inundações, vendavais, uso de linhas cortantes, dentre outros).
- **Oficinas de autoproteção e proteção comunitária:** Oficinas práticas de lançamento de cordas, nós e amarrações, abandono de veículo em situação de emergência e pluviômetro.
- **Visita guiada em áreas vulneráveis:** Visita de campo em áreas suscetíveis a incêndios, inundações e deslizamentos de encostas.
- **Escola na Defesa Civil:** Visita de alunos à sede da Defesa Civil.
- **Mobilização:** Diálogo e distribuição de panfletos informativos sobre autoproteção e divulgação de alertas pela Defesa Civil, em salas de aula.

Desde sua criação o PDCE contribuiu para a capacitação de mais de 12 mil alunos de escolas (municipais e estaduais) situadas em áreas de risco. A equipe é composta por três servidores da Gerência de Preparação para Emergências (GPREM), um gerente e dois agentes. A depender das atividades e demandas, outros agentes são designados como apoio e por isso as ações conjuntas são sempre bem-vindas.

¹ Programa de educação ambiental da Secretaria Municipal de Educação (SMED)

Tabela 1 - Quantitativo de escolas atendidas pelo PDCE por ano

ANO	ESCOLAS ATENDIDAS
2017	73
2018	41
2019	8
2020	Pandemia
2021	Pandemia
2022	19
2023	28
2024	22

Fonte: Os autores, 2025.

Entre 2023-2024, somente 50 escolas foram atendidas pelo programa, quantidade inferior ao primeiro ano de atuação. A queda no número de instituições participantes ao ano não representa um declínio nas ações, é o resultado de uma reformulação na estrutura do PDCE, principalmente no curso *Agente Escolar de Proteção e Defesa Civil*. Com a capacitação é possível fomentar a discussão sobre *Redução do Risco de Desastres* (RRD).

Um fator que contribuiu para o desenvolvimento do curso na rede municipal é a existência do Programa Escola Integrada (PEI)², que compreende do ensino infantil ao fundamental II. As escolas possuem maior facilidade para disponibilizar recursos como ônibus para as visitas técnicas, além de que as atividades do PDCE são realizadas no contraturno, ou seja, não há grande interferência no calendário de aulas. No entanto, entendendo a importância do assunto e a transversalidade do conteúdo, existem escolas que optam pela aplicação do curso no turno regular.

Metodologia

O procedimento utilizado foi o estudo de caso e pode ser dividido em 2 etapas: Observação em campo e Discussão. Serão descritas as atividades desenvolvidas no curso *Agente Escolar de Proteção e Defesa Civil*, para então realizar uma análise e assim verificar a convergência das ações com o *Marco de Sendai*, voltado para a Redução do Risco de Desastre.

PNPDEC e Marco de Sendai

A equipe do PDCE, bem como toda Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil (SUPDEC), trabalha seguindo as recomendações do Marco de Sendai, acordo internacional assinado em 2015 pelos países membros da

² Criado em 2007 o PEI está presente em todas as escolas de ensino fundamental da rede municipal de educação. A iniciativa amplia a jornada escolar diária, no contraturno são ofertadas atividades em áreas como arte, cultura, esporte, lazer e meio ambiente, com acompanhamento pedagógico.

Organização das Nações Unidas (ONU) e instrumento orientador para a RRD. Importante mencionar também a *Política Nacional de Proteção e Defesa Civil* (PNPDEC), de acordo com a lei nº 12.608, a política deve integrar-se a variadas políticas, como as de ordenamento territorial, saúde, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, educação, ciência e tecnologia, promovendo o desenvolvimento sustentável.

Segundo a PNPDEC, algumas das competências municipais são: manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres; realizar regularmente exercícios simulados, conforme *Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil*; estimular comportamentos de prevenção capazes de evitar ou minimizar a ocorrência de desastres; e estabelecer medidas preventivas de segurança contra desastres em escolas e hospitais situados em áreas de risco.

A nível internacional, a ONU vem atuando à frente de reuniões e assinaturas de acordos que serviram como base para políticas locais. Em 2015, conduziu a *III Conferência Mundial para a Redução de Desastres*, quando aprovado o *Marco de Ação de Sendai* (MAS), para o período 2015 a 2030. O MAS tem como objetivo prevenir novos riscos de desastres e reduzir os riscos de desastres existentes, através da implementação medidas econômicas, estruturais, jurídicas, sociais, de saúde, culturais, educacionais, ambientais, tecnológicas, políticas e institucionais, que previnam e reduzam a exposição ao risco e a vulnerabilidade a desastres, aumentar a preparação para resposta e recuperação, e, assim, aumentar a resiliência (UNISDR 2015).

Para alcançar esse objetivo são apresentadas quatro prioridades: compreender o risco de desastres; fortalecer a governança para gerenciar o risco de desastres; investir na redução do risco de desastres para a resiliência; melhorar na preparação para desastres com foco em resposta efetiva e na crença de “*Reconstruir Melhor que Antes*” aplicável às ações de recuperação, reabilitação e reconstrução.

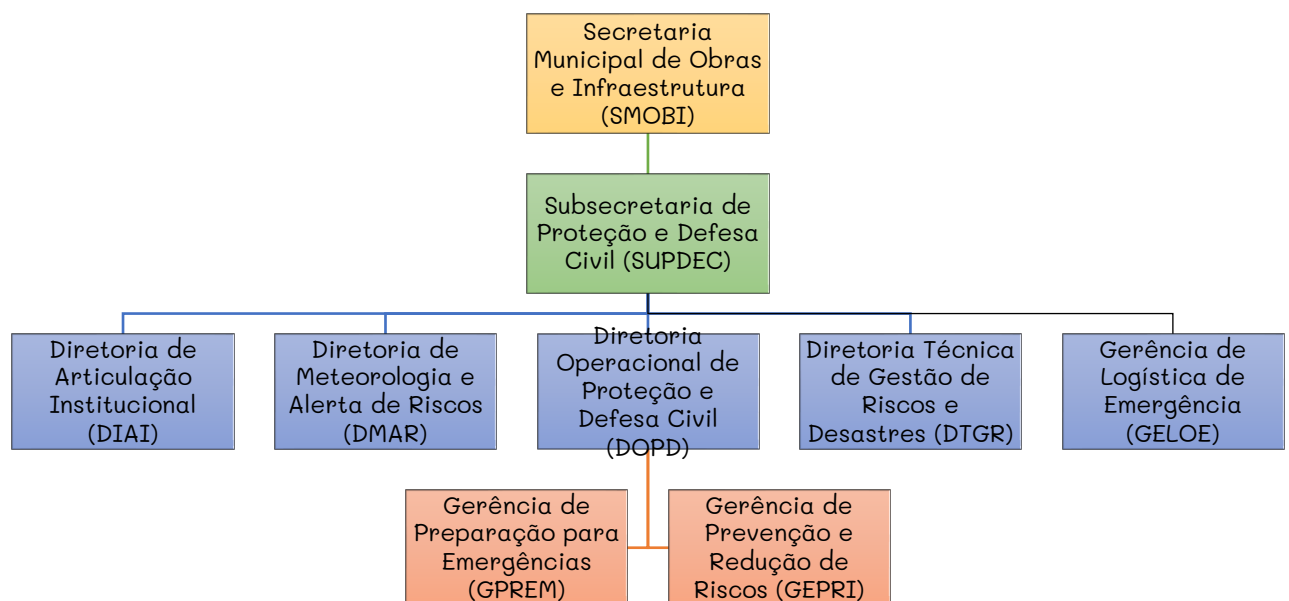
O marco também propõe promover a incorporação de conhecimento sobre o risco de desastres — incluindo prevenção, mitigação, preparação, resposta, recuperação e reabilitação — na educação formal e não-formal, bem como na educação cívica de todos os níveis e no ensino e treinamento profissionalizante (UNISDR 2015). Crianças e jovens podem ter atuação importante por serem considerados agentes de mudança, e por essa razão “*devem ter espaço e modos de contribuir para a redução do risco de desastres, de acordo com a legislação, com a prática nacional e com os currículos educacionais*” (UNISDR 2015).

Defesa Civil municipal e atividades de mobilização

É de responsabilidade da SUPDEC gerir a implementação das políticas de Defesa Civil do Município de forma integrada e intersetorial. Seu trabalho de prevenção, unifica todos os órgãos da prefeitura e conta com a ajuda da população e de empresas da iniciativa privada. Conforme representado na figura1, a SUPDEC responde a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (SMOBI) e tem entre as diretorias a Diretoria Operacional de Proteção e Defesa Civil (DOPD), responsável pela Gerência de Prevenção e Redução de Riscos (GEPRI) e pela Gerência de Preparação para Emergências, que desenvolve o PDCE.

Cabe a GPREM, planejar e implementar programas de capacitação para resposta às ações de riscos e desastres. Entre as atribuições está o planejamento e execução de simulados em resposta aos desastres; organização e execução de estratégias de mobilização comunitária e incentivo a criação de políticas de inclusão para cidadãos em situação de risco de vida, doenças crônicas, necessidades especiais, idosos e crianças, realização de vistorias de prevenção e preparação nas áreas de risco; cadastrar, organizar e capacitar voluntários, para as ações de prevenção, preparação e resposta aos desastres e implementar ações de redução de riscos nas escolas, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação (BELO HORIZONTE 2017).

Figura 1 - Estrutura Simplificada da SUPDEC



Fonte: Os autores, 2025. (Sistema de Informações Organizacionais do Município - SIOM)

Em função das ações desenvolvidas, a capital é destaque nacional como exemplo de Boas Práticas em Proteção e Defesa Civil. Em 2003 foram formados os primeiros Núcleos de Proteção e Defesa Civil (Nupdec), grupos compostos por membros da comunidade, que de modo voluntário e solidário, contribuem com ações preventivas nas áreas de risco, além de orientar e prestar socorro mais imediato nas situações de calamidade e emergência. Durante o ano, os cidadãos participam de capacitações, com visita às áreas de risco de deslizamento, onde são instruídos a identificar os tipos de risco geológico e os agentes (lixo, corte inadequado de barrancos, lançamento de água servida em encostas, e outros), oficinas para implantação de hortas comunitárias em áreas remanescentes, além de treinamentos de formação e reciclagem ministradas pelo Corpo de Bombeiros.

Nos Nupdecs, os voluntários aprendem como agir e orientar os moradores nos períodos de chuvas intensas e prolongadas, sobre os indícios de trincas nas moradias, movimentação de terreno e elevação do nível das águas de córregos e ribeirões. Ação semelhante acontece nos NACs (Núcleos de Alerta de Chuva para áreas de inundação e alagamento), criado em 2009. O núcleo é formado por moradores e pessoas que trabalham em áreas de risco de alagamento e inundação. Os voluntários têm um papel importante de alertar, monitorar e orientar em caso de chuvas fortes, recebem os alertas de chuvas e os transmitem para a comunidade. Atualmente, o município conta com a participação de aproximadamente 460 voluntários, divididos em 55 Nupdecs e 498 voluntários, divididos em 46 NACs.

No cenário internacional, Belo Horizonte foi a primeira cidade na América Latina a receber o prêmio Sasakawa. Organizada pela ONU, a premiação é um reconhecimento do conjunto de ações de redução da possibilidade de desastres e trabalhos de prevenção, preparação e recuperação de áreas de risco. Segundo o regulamento do concurso, o prêmio de 2013 foi dado ao candidato de projeto mais inovador sob o tema “Atuando como Um”. O foco do prêmio faz alusão à importância da redução do risco de desastres e a participação da população nas ações preventivas. Com o decorrer dos anos, certas medidas foram adaptadas e replicadas em escolas, através da GPREM.

Agente escolar de proteção e defesa civil

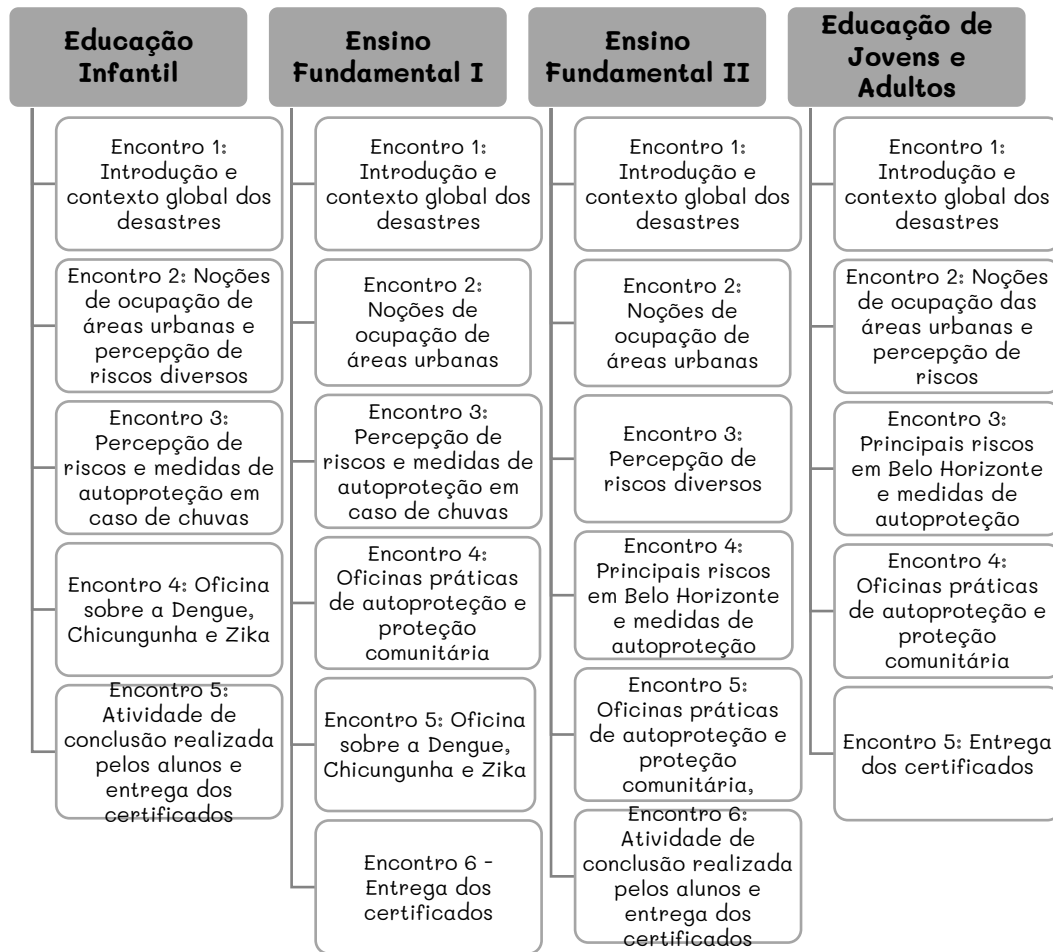
O curso “*Agente Escolar de Proteção e Defesa Civil*”, busca atender as escolas entre os meses de abril a setembro, para não coincidir com o período chuvoso. O critério de seleção consiste na localização da comunidade escolar e sua exposição aos riscos hidrológicos (inundações, enchentes e enxurradas) e geológicos (movimentos de massa). Antes de dar início às atividades, as escolas são previamente orientadas quanto aos recursos necessários em cada encontro, duração e o número de alunos participantes.

As formações em sala possuem um tempo estimado de 60 minutos e têm como estratégia a apresentação de slides em powerpoint com imagens e vídeos. Computador com acesso à internet, caixas de som e projetor multimídia são os itens utilizados. Já as aulas com saídas a campo e atividades práticas duram cerca de 90 minutos. Após 2021, o programa começou a atender as Escolas Municipais de Ensino Infantil (EMEIs), o que implicou em atividades de caráter mais lúdico e redução no número de encontros. Para as turmas do Infantil e Fundamental I a metodologia utilizada é a contação de história, com desenvolvimento de cenários e encenações para exemplificar a identificação dos riscos e contexto dos desastres. Eles também recebem uma aula sobre arboviroses (riscos biológicos), com apresentação teatral do grupo Mobiliza Sus, consequência da parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (SMSA).

A depender da escolaridade é possível explorar conceitos como vulnerabilidade, aquecimento global, mudanças climáticas e planejamento urbano. Porém, quando há muitos alunos, é inviável dar atenção suficiente, o que compromete o entendimento da aula. Logo, a adequação do conteúdo ao público-alvo e o número de agentes civis disponíveis, são alguns dos fatores que contribuíram para a elaboração de roteiros distintos, atentando-se também para abordagem e linguagem tradicionalmente técnicas.

Na **Figura 2** podemos verificar os temas propostos para cada encontro de acordo com o público-alvo: educação infantil; ensino fundamental I; ensino fundamental II; e Educação para Jovens e Adultos (EJA). A seguir, serão apresentadas as atividades realizadas, traçando um paralelo de abordagens.

Figura 2 - Conteúdo programático do curso de acordo com o público-alvo



Fonte: Os autores, 2025.

A primeira aula, “Introdução e contexto global dos desastres”, inicia-se com a pergunta “O que é Defesa Civil?” O objetivo é verificar o que de fato os alunos sabem sobre o sistema, para em seguida apresentar como surgiu e como evoluíram as ações de Proteção e Defesa Civil. Os principais conceitos que norteiam o trabalho também são introduzidos, como autoproteção, risco, ameaça e desastre. A abordagem sobre a gestão de riscos e desastres na capital, permite dialogar sobre a quem recorrer de acordo com o tipo de emergência, diferentes situações e como ligar para os números 199 e 193.

Ao discursar sobre o que são desastres são exibidos vídeos, incluindo tragédias ocorridas no município e outros casos a nível mundial e Brasil. A conscientização da necessidade de preservação do meio ambiente também é um tópico de destaque, há uma relação entre as mudanças climáticas, eventos extremos e como contribuem para o aumento dos riscos de desastres. Ao final do encontro é encaminhado um “para casa” em que os alunos são convidados a trabalhar a percepção dos riscos existentes na

escola e em seu entorno. Como atividade de reforço, são entregues caça-palavras temáticos.

Nas turmas do Infantil e Fundamental I a dinâmica é diferente, utilizando um tecido TNT azul é criado um cenário com um rio e uma ponte de madeira, como se fosse um bairro sem as intervenções na atualidade. Os agentes então falam sobre como antes era possível tomar banho no rio, pois se tratava de uma água limpa. Em outro momento, encenam uma criança se deslocando para a escola em um dia de sol e passando por esta ponte e convidam outra criança para representar o sol, em seguida são passadas informações sobre a importância de se proteger com boné, protetor solar e aumentar a hidratação devido a exposição.

Há também uma encenação quando o tempo muda, mais duas crianças são convidadas a participar e cada uma representa as nuvens raio e trovão. Neste momento a Defesa Civil informa através de alertas da possibilidade de pancadas de chuva. Então, começa a “chover” e a água é borrifada nos alunos para demonstração, para então comentar sobre proteção com a utilização do guarda-chuva, capa e bota. Conforme a história evolui, as crianças são levadas a refletirem sobre o local de suas moradias, antes da chegada dos seus familiares, onde as ruas não eram pavimentadas, com bastante área verde, os córregos limpos, sem as intervenções construtivas ou com poucas moradias. Para as crianças, ao final de cada encontro é ensaiada a música “*Evite Contratempos*”, acompanhada pelos fantoches “*Zeze e Lilica*”.

A segunda aula, “Noções de ocupação de áreas urbanas”, é a primeira a envolver uma prática de campo. Todos são previamente avisados sobre irem calçados com tênis ou calçado similar, adequado para este tipo de atividade. A proposta é levar os alunos a refletirem sobre como se deu o processo de ocupação nas áreas urbanas, assim a estratégia consiste no deslocamento com os discentes para um local com área verde pouco explorado por eles, muitas vezes um parque ecológico ou outra área preservada. De preferência o mais próximo possível da escola e desta forma traçar um paralelo entre como é o meio ambiente natural e sua modificação pelo homem.

Entre os tópicos de discussão há uma breve história da ocupação de Belo Horizonte, incluindo as moradias em áreas vulneráveis. Para falar sobre como o comportamento humano pode representar uma ação de risco, são ressaltadas algumas construções realizadas na capital, obras que levaram a impermeabilização do solo e o lixo descartado irregularmente.

Para as turmas do infantil e fundamental I não há prática no segundo encontro. Um quadro pedagógico e imagens impressas em ímãs são utilizados para demonstrar a interação do homem com o meio ambiente, causando impactos ambientais e ocupando as áreas de risco. Através da contação de história falam sobre os problemas relacionados ao crescimento desordenado das cidades, chegada da industrialização, serviços e

comércios. É frisado que a humanidade não irá parar de interferir no meio ambiente, mas tais intervenções devem ser realizadas com o menor impacto possível e de forma sustentável.

Imagem 1 - EMEI Primeiro de Maio, 2024



Imagem 2 - EMEI Itamarati, 2025



Fonte: Os autores.

Para abordar sobre descarte irregular do lixo, poluição dos rios e doenças relacionadas, como a leptospirose, novamente são utilizados TNT azul e a ponte de madeira. Posteriormente alguns alunos são convidados para ajudar a limpar o rio. Ao final há uma explicação sobre a “fita zebrada” representar perigo e servir para identificar um local isolado, apresentando exemplos de buracos, muros, imóveis, taludes, árvores, dentre outros.

Como a terceira aula foca na *Percepção dos riscos*, no encontro são apresentados os tipos de riscos e sua classificação, naturais e tecnológicos. Também são entregues panfletos orientativos ilustrando acidentes domésticos, incêndios urbanos, obras civis e acidentes de trânsito, representando os riscos tecnológicos. No caso dos riscos naturais, há uma ênfase nos riscos decorrentes das fortes chuvas, comuns na capital.

Além da apresentação de medida autoprotetivas, outros tópicos trabalhados são o recebimento de alertas e como a Defesa Civil de Belo Horizonte realiza a divulgação. Dependendo da turma a equipe consegue aprofundar mais na abordagem, falando da diferença entre “tempo” e “clima”, formação de vendavais, descargas elétricas e raios. Há também a exibição de imagens de câmeras posicionadas em pontos estratégicos da cidade, para mostrar características do período chuvoso e entender como são formadas as chuvas, assim como sua duração e intensidade.

Dando sequência ao tema, na aula “Principais riscos em Belo Horizonte e medidas de autoproteção” ocorre uma prática de campo, em local de risco mapeado pela Defesa Civil e/ou parque em área recuperada. Os tópicos do

encontro são: Áreas de riscos - alagamento, inundação e deslizamentos; Recuperação de áreas degradadas; Importância dos parques e áreas verdes na mitigação de riscos e Oficina de saída de veículo. Os agentes, reforçam a importância do recebimento de alertas pelas redes sociais, como o número 40199 e realizam simulações. A principal é referente ao modo correto de sair de um veículo, utilizando o encosto de cabeça, e solicitar ajuda estando em uma via inundada. Ainda é discutido o respeito à sinalização e bloqueio de vias, usando como recursos cones e fita zebraada.

No caso dos participantes menores, com a viatura posicionada, logo ao lado do motorista, são colocados a TNT azul e a ponte, e próximo a esta são colocados 02 cones. Ao iniciar a atividade é mencionado o cenário e os diversos riscos (enxurrada, acidentes domésticos, uso de linha “chilena” e cerol, queimadas, rompimento de rede elétrica, dentre outros). Assim, utilizando o lúdico, o rio enche e extravasa, comprometendo as vias. Então, a ponte é bloqueada para a passagem de pedestres e veículos. Entra em cena um motoqueiro, que aproveitando que o agente de trânsito estava orientando outras pessoas, rompe o bloqueio e cai na área de inundação, colocando a vida em risco. Tal motociclista é socorrido pelo agente de defesa civil.

Imagem 3 - Demonstração de saída de veículo em caso de emergência



Fonte: Os autores, 2025.

Em “Oficinas Práticas de Autoproteção e Proteção Comunitária” a atuação do agente em campo fica mais evidente com as dinâmicas “nós e amarrações” e “lançamento de bolsas de resgate”. O encontro ocorre em dois momentos, no primeiro, em sala, é apresentado um pluviômetro, seguido de explicação sobre o processo de monitoramento e coleta dos dados da chuva. Durante a discussão são realizadas comparações de forma que o aluno possa refletir sobre como a mesma quantidade de precipitação em

diferentes partes da capital possui impactos diferentes e quais fatores contribuem para isso.

A segunda parte ocorre geralmente no pátio ou quadra da escola, um local adequado para comportar todos os alunos que irão participar das atividades. Em seguida eles são divididos em 02 grupos, um para a bolsa de arremesso e outro com as cordas para exemplificar 02 ou 03 tipos de nós. A oficina vem a ser uma adaptação das capacitações realizadas com os NACs. Os agentes explicam a finalidade de cada amarração, que pode ser comprovado no momento do lançamento da bolsa. Ao ensinar a “volta do fiel” os participantes descobrem que é rápido de se fazer e necessário para se prender em alguma estrutura, ao socorrer alguém preso em uma enxurrada ou área inundada.

É de responsabilidade da escola a impressão dos certificados e organização da cerimônia de encerramento do curso. O evento representa uma socialização dos conteúdos aprendidos, de forma a ser compartilhado com a comunidade escolar, quando na presença dos pais e demais alunos da escola. Na ocasião são convidados representantes da SMOBI e SMED, secretarias parceiras, e outros agentes da Defesa Civil. O diretor da escola ou outro representante da instituição é quem dá início a “formatura”, passando a palavra para a Defesa Civil e em seguida a apresentação do trabalho de conclusão pelos alunos. Ao final, a equipe do PDCE disponibiliza coletes para os concluintes do curso fazerem o registro fotográfico individual e em turma, junto com o diploma.

Análise das atividades

No caso do Ensino Fundamental II, imagens como as alterações no tempo, enxurradas e relatos sobre pessoas sendo levadas pela força das águas, em bairros próximos, prendem a atenção e permite uma maior identificação dos alunos com os acontecimentos. Para os mais novos, a proposta é sempre construir uma história, onde eles também atuam como personagens, a exemplo da dinâmica com o quadro pedagógico. A lousa permite às crianças acompanharem as alterações que ocorreram em um rio limpo, que ao longo dos anos, devido ao descarte incorreto de entulhos, deixou de ser um local aproveitado pela população, para um atrativo de vetores. Assim é possível mostrar que parte das ações poluidoras são um reflexo do descaso dos próprios moradores.

Cada encontro contribuiu para uma discussão acerca do comportamento humano, demonstrando como certas ações levam à degradação ambiental e potencializam uma situação de risco. A retirada da vegetação e impermeabilização do solo, o lixo descartado irregularmente, os cortes em morros e construção em locais impróprios, são fatores que intensificam inundações e deslizamentos, tópicos recorrentes durante curso.

Sobre as práticas, elas ajudam a reforçar com os alunos a importância do recebimento dos alertas, da autoproteção, de respeitar a sinalização e de obedecer às orientações dos agentes públicos e voluntários, bem como da importância de aguardar em um local seguro. Quanto à escolha do local de campo é mais uma estratégia utilizada, serve para contextualizar os alunos sobre os riscos ali existentes, facilitando a absorção do conteúdo apresentado, aliando teoria e prática.

Em 2024, houve um recorde de atuação junto as EMEIs, mas em relação ao número de atendimentos, o somatório pode distorcer a realidade, tendo em vista que uma determinada escola pode ter sido contemplada mais de uma vez devido estar em área vulnerável. O aumento nas EMEIs e escolas do Fundamental I também representa um retorno positivo das ações, visto que em alguns casos, como na Escola Aires da Mata Machado a direção respondeu de forma tão positiva que repetiu o convite para a aplicação do curso com outras turmas.

Figura 3 – Relação de escolas atendidas

Mês	Regional	Instituição de Ensino	Tipo de Ensino	Alunos	Quant. profis.
Fevereiro	Venda Nova	EMEI Itamarati	Educ. Infantil	54	5
Fevereiro	Norte	EMEI Primeiro de Maio	Educ. Infantil	37	4
Março	Noroeste	E.M. Augusta Medeiros	Fundamental I	75	3
Março	Venda Nova	EMEI Venda Nova	Educ. Infantil	62	3
Abril	Nordeste	E.M. Anísio Teixeira	EJA	20	3
Abril	Nordeste	E.M. Professora Consuelita Cândida	Fundamental I	25	3
Maio	Barreiro	EMEI Bairro das Indústrias	Educ. Infantil	54	4
Agosto	Barreiro	E.M. Aires da Mata Machado	Fundamental I	120	4
Outubro	Barreiro	E.M. Aires da Mata Machado	Educ. Infantil	30	3
Novembro	Norte	E.M. José Maria dos Mares Guia	Fundamental II	40	3

Fonte: Os autores, 2025.

Apesar do foco inicial estar em turmas do Fundamental II, ainda há dificuldades para conciliar o PDCE com as demais atividades da GPREM e ações da própria escola. Assim, quando surge a oportunidade, os agentes tentam ao máximo realizar alguma intervenção. É o caso da Escola Municipal José Maria dos Mares Guia (EMJMMG), que em 2023 abriu as portas para receber a comunidade em uma oficina de plantar. Uma mobilização da Defesa Civil com Faculdade, centro de assistência social, zoonoses e outros parceiros, para ações de prevenção e mitigação de riscos ambientais.

Localizada na região norte da cidade, a escola fica num bairro residencial, adjacente à Vila Biquinhas. Muitos alunos são moradores da vila,

por onde percorre o córrego Embiras, que constantemente transborda e invade as casas. Logo, a atividade de 2023 serviu como uma apresentação da Defesa Civil à escola, que recebeu o curso somente no segundo semestre de 2024.

A primeira prática de campo ocorreu no *Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado*, uma das maiores áreas verdes da capital. O espaço surgiu devido a uma demanda da comunidade e por muitos anos foi interesse de construtoras, mas permaneceu intacto devido a luta dos moradores, ilustrando também a questão da cidadania, termo recorrente nos encontros. Durante a caminhada houve uma conversa sobre drenagem para explicar o caminho da água que percorre o parque, a existência da barragem e sua importância. A visita foi ainda mais significativa ao considerar que ela ocorreu em outubro, sendo que em novembro o local foi fechado devido a intensa chuva que rompeu a mesma barragem.

**Imagens 4 e 5 - EM José Maria dos Mares Guia
Visita ao Parque Fazenda Lagoa do Nado**



Fonte: Os autores, 2024.

Os alunos também visitaram o *Parque Ecológico Primeiro de Maio*, resultado do *Programa Drenurbs*, dedicado à recuperação e despoluição de córregos a céu aberto na cidade. Seu entorno é bastante conhecido pelos relatos de inundação e alagamento, com a reforma do parque foi criada uma bacia de contenção, uma sala de educação ambiental com imagens de árvores e fauna local e uma maquete da bacia hidrográfica. As visitas técnicas proporcionam aos alunos percorrerem áreas de risco ao mesmo tempo em que visitam espaços onde se trabalham questões educativas, colocando em evidência a importância do envolvimento da população para preservação de áreas verdes.

Considerações finais

Com a evolução das atividades da Defesa Civil nas escolas, em 10 de abril de 2024 foi publicado o Decreto N° 18.683, que institui o **Programa Defesa Civil nas Escolas**, com o objetivo de implementar nas propostas pedagógicas da Rede Municipal de Educação, transversal e integralmente, ações de prevenção e redução de riscos de desastres. A normativa exige a criação de um Grupo de Trabalho do programa - responsável pelo planejamento, direção e controle da execução das ações e composto por membros da SMOBI, SMED, Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) e Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel) (BELO HORIZONTE 2024).

Esta oficialização é o reconhecimento por todos os anos em que a Defesa Civil vem trabalhando na conscientização da comunidade escolar acerca de seu comportamento para a redução e prevenção de desastres. Por mais relevantes e qualificadas que sejam as palestras, visitas guiadas e demais ações do Programa, há a necessidade de priorizar o curso *Agente Escolar de Proteção e Defesa Civil*, devido ao seu alcance.

As experiências apresentadas mostraram o quanto foi importante o apoio e integração com outros órgãos para a manutenção e desenvolvimento da formação. O decreto também determina que deverá ser designado e capacitado, no mínimo, um profissional por escola municipal para implementar as ações, deixando para a instituição de ensino a escolha do profissional. A participação desse servidor, seja ele um professor ou pedagogo, vem a ser essencial para pensar na melhor forma de aprofundar os tópicos propostos pelo PDCE de forma transdisciplinar, colaborando também para a o entendimento e exigência de melhores políticas públicas, construção de cidadania e quem sabe, maior apoio para tornar a cidade mais resiliente.

Ao se atentar para o comprometimento de todos e na valorização da participação da comunidade em ações de prevenção e resposta, o PDCE vai ao encontro do que é defendido pelo *Marco de Sendai*. O documento parte da premissa de que a maior adesão da população adicionada à qualidade dessas fases iniciais poderia propiciar uma melhor aplicação e eficiência nas ações de recuperação, reabilitação e reconstrução, colaborando então para a formação de comunidades resilientes.

Referências

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal (2017). *Decreto n° 16681, de 31 de agosto*. Dispõe sobre a organização da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. Diário Oficial do Município: Belo Horizonte, MG, ano 23, n. 5366: 16. Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/edicao/2097> Acesso em: 09/09/2025.

_____. (2024). *Decreto nº 18683, de 10 de abril*. Institui o Programa Defesa Civil nas Escolas e dá outras providências. Diário Oficial do Município: Belo Horizonte, MG, ano 30, n. 6938: 1. Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/437647> Acesso em: 09/09/2025.

UNITED NATIONS INTERNATIONAL STRATEGY FOR DISASTER REDUCTION (UNISDR) (2015). *Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030* (versão em português). Genebra, UNISDR. Disponível em: https://www.unisdr.org/files/43291_63575sendaiframeworkportunofficialf%5B1%5D.pdf Acesso em: 09/09/2025.

Sobre os autores

Ademilton Araújo é graduado em Filosofia e Estudos Sociais, com Licenciatura Plena em Geografia e História. Pós graduado em Estudos Socioambientais pela PUC Minas e Mestrando em Educação pelo UFMG. Professor da Educação Básica desde 1988, também foi gerente regional de Políticas sociais e atualmente é o Gerente de Preparação para Emergências da Diretoria Operacional de Proteção e Defesa Civil, Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil de Belo Horizonte.

Liliane Campos Alves é Bacharela em Administração, pós-graduada em Gestão de Projetos, Gestão Pública e Gestão de Emergências e Desastres. Integra desde 2008 a Guarda Municipal de Belo Horizonte, atuando na Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil. Possui ampla experiência em ações de proteção, preparação e resposta a desastres tanto em nível municipal quanto nacional através do Grupo de Apoio a Desastre (GADE) da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC). Com atuação de tutoria em diversos cursos relacionados à segurança pública e proteção e defesa civil em instituições como a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e Instituto Federal do Paraná (IFPR); e como Consultora Técnica na Capacitação em Proteção e Defesa Civil da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Fernando Antônio Roque é Bacharel em Ciências Sociais pela UFMG e pós-graduado em Gestão de Segurança Pública. Atuou como professor na rede estadual de Minas Gerais e se dedica a estudos sobre Religião, Educação Especial e Educação em Autismo com abordagem ABA. Pela prefeitura de Belo Horizonte, é Guarda Civil Municipal de Classe Distinta I e atua como agente de Defesa Civil há 16 anos. Desenvolve projetos com crianças e pessoas vulnerais, atividades de escotismo e voluntariado na ADRA e Clube dos Desbravadores.

Roberta Brianna Nunes dos Santos é Bacharel em Ciências Socioambientais e licenciada em geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).